

BOLETIM CLASSISTA

Nº 16 – DEZEMBRO DE 2019

Contribuição Solidária R\$ 2,00

ABAIXO O GOLPE DE BOLSONARO, MACRI E TRUMP NA BOLÍVIA



A consumação do golpe militar não desarmou a crise política na Bolívia. Mesmo antes de Evo Morales apresentar a renúncia exigida pelo alto comando militar, um número significativo de oficiais do governo o submeteu, sob pressão de ataques armados, incluindo a queima de várias casas. A linha de sucessão da presidência foi desmantelada após as renúncias do vice-presidente e dos presidentes do Senado e dos Deputados. O governo golpista será obrigado a tomar medidas do governo e a convocar eleições, diante de uma Assembléia Nacional de maioria indígena. Existe, portanto, a possibilidade de um "governo cívico-militar", o que poderia levar à dissolução do parlamento. O golpe de estado tomaria então sua forma mais definida. Desnecessário dizer que as eleições convocadas como resultado de um golpe militar começariam com uma "irregularidade" de origem. Evo Morales se ofereceu para convocar outras eleições e mudar o Tribunal Eleitoral, em uma concessão que foi além da convocação de um segundo turno entre Evo e Carlos Mesa. Ele também se ofereceu para permitir a participação de "outros atores".

O golpe de estado ocorreu sem a menor resistência do governo indigenista, apesar de ter acabado de obter uma vitória eleitoral. A "fraude" denunciada pela oposição refere-se a outra coisa: a diferença de votos entre os dois primeiros candidatos, que poderia ter sido

menor que os dez pontos necessários para evitar um segundo turno. Morales recorreu ao velho pretexto de evitar "o derramamento de sangue" para capitular ao golpe, ignorando o que demonstra a experiência histórica da América Latina - que o maior "derramamento de sangue" é a consequência da vitória dos golpes reacionários. A burocracia da central de trabalhadores da Bolívia, a COB, vinculada ao MAS, adotou os mesmos critérios para bloquear uma mobilização anti-golpe que, bem entendida, deveria ser acompanhada pela formação de milícias de trabalhadores. Essa linha derrotista está longe de ser unânime, pois muitas comunidades camponesas e conselhos de bairro em El Alto chamaram a combater o golpe, sendo formados "comitês de autodefesa" e a organização de uma "policia sindical" contra o aparato policial.

Desde o início, escrevemos que um golpe de inspiração bolsonarista estava em andamento. As evidências acabam de ser fornecidas pelo jornal *El Periódico*, que reproduziu áudios das reuniões do fascista Camacho (citado em abundância nos documentos do Panamá) com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araujo, em maio passado. As conversas mostram que Bolsonaro caracterizou que as eleições de 20 de outubro abririam uma crise política que deveria ser usada para derrubar o governo indígena. Não é

necessário ser esperto demais para advertir que um golpe de estado, nas atuais circunstâncias políticas, só pode ter caráter internacional. Desde a derrubada de Zelaya em Honduras, houve vários golpes de características semelhantes - contra Lugo, do Paraguai, e Dilma, do Brasil. Novas investigações mostrarão, com certeza, como o aparato militar brasileiro trabalhou para a polícia e o exército bolivianos consumarem o golpe. No gabinete de Bolsonaro está o ex-chefe do exército latino-americano (Minustah), formado a pedido do ex-presidente Clinton para ocupar o Haiti, Augusto Heleno. Esse personagem teve tempo de sobra para 'trabalhar' para os comandantes militares de outros países (apenas Cuba e Venezuela se recusaram a participar da ocupação do Haiti).

O trio que Macri forma com Bolsonaro e Trump teve uma intervenção pública no golpe, como evidenciado pelo envolvimento dos senadores americanos Rubio e Menéndez. Alberto Fernández pediu um repúdio ao ministério de Macri ao golpe em que Macri teve uma intervenção direta. A ignorância dessa trama por parte dos candidatos do kirchnerismo mostra não apenas que eles estão no limbo, mas também que estão atrelados à política de vitória da direita continental.

Em 5 de novembro, destacamos: “Sem apoiar a pureza das eleições comandadas por Evo Morales, é necessário estabelecer uma linha clara de luta contra o golpe. Os trabalhadores e as centrais indígenas apóiam incondicionalmente o governo, mas outros, em Potosí, por exemplo, levantam a bandeira da "democracia". Em outras palavras, a direção política da crise é monopolizada pelos dois lados capitalistas da crise (a burguesia indigenista, de um lado, e a oligarquia do leste, de outro). A derrota do golpe, por meio de uma ação em massa, que repete em uma escala muito maior a marcha indígena do planalto ao leste em 2007, é uma prioridade. Com base em uma derrota completa do golpe de Bolsonaro e da oligarquia de Santa Cruz, a convocação de um constituinte soberano deve ser considerada”.

BRASIL: UMA NOVA REFORMA TRABALHISTA?

Sob o surrado pretexto de geração de empregos, a Medida Provisória 905/2019, publicada a 12 de novembro no Diário Oficial da União, promove um verdadeiro desmonte da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A MP da “Carteira Verde e Amarela” - como foi apelidada – garante uma série de isenções fiscais aos empregadores, flexibiliza a legislação para permitir trabalho aos domingos e feriados, institui a contribuição previdenciária do Seguro Desemprego, entre outros.

Com salário limitado a 1,5 salário mínimo por mês (hoje, R\$ 1.497), a nova modalidade de contratação poderá ser adotada para qualquer tipo de atividade, inclusive para substituição transitória de pessoa permanente. Com as mudanças na legislação, os empregadores terão exoneração de mais de 30% no custo das contratações. Segundo dados apresentados pelo Ministério da Economia, o custo da desoneração gira em torno de R\$ 2 bilhões/ano.

A menção à marcha indígena em Santa Cruz, para combater uma tentativa de golpe anterior da oligarquia de Santa Cruz, não pode ser mais oportuna, porque mostra que o mesmo governo que agora capitula sabia como enfrentar uma tentativa semelhante, independentemente de mais tarde ter um compromisso com essa oligarquia, que durou uma década.

O resultado do golpe continua incerto. Os ianques e a direita precisam ter um propósito "democrático", através de eleições de curto prazo. A irrupção do fascista Camacho muda, no entanto, os parâmetros das recentes eleições, quando Mesa monopolizou as expectativas da oposição. Não é o mesmo a pequena burguesia de La Paz e Cochabamba ou as cooperativas de Potosí, que apoiaram Mesa, do que a oligarquia agrário-financeira da Meia-Lua boliviana - El Beni, Santa Cruz - que lançaram Camacho no ringue. Por outro lado, como já foi dito, há o problema da natureza do governo provisório. Nesse contexto, é apresentado o mais importante: como lidar com a perseguição contra os líderes e militantes do MAS, e a política e perspectiva de reagrupamento das forças anti-golpe, que já começou.

A luta contra o golpe significa a luta pela derrubada do governo instalado pelos conspiradores. Isso, e não as expectativas nas novas eleições, deve ser a prioridade. Essas novas eleições já são fraudulentas - política e legalmente. É, no entanto, o que aqueles que dizem estar preocupados com o "derramamento de sangue" estariam dispostos a admitir. A tarefa deve ser a frente unida das organizações de trabalhadores e camponeses contra o golpe, denunciando a colaboração com os militares das burocracias que pretendem preservar, sob novas formas, a cooptação do Estado promovida pelo governo do MAS. *Abaixo o golpe, abaixo o governo do golpe, desarmamento do militarismo do golpe, armas aos trabalhadores.*

Jorge Altamira

As empresas que contratarem trabalhadores sob o novo regime serão beneficiadas com isenção da contribuição previdenciária patronal e o salário-educação, tributos que incidem sobre a folha de pagamento, e sobre as contribuições ao Sistema S. Também terão redução da alíquota de contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de 8% para 2%, e redução da multa do FGTS em caso de demissão sem justa causa, de 40% para 20%, desde que haja acordo entre as partes.

A desoneração das empresas será financiada pelos trabalhadores desempregados, dos quais será cobrada a contribuição previdenciária do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O recolhimento será feito a uma alíquota de 7,5% durante os meses em que o trabalhador desempregado receber o benefício, que, na legislação atual, é entre três a cinco parcelas. Com isso, o governo espera arrecadar R\$ 2,2 bilhões/ano. A MP reduz uma série de direitos, como a multa sobre o saldo do FGTS em caso de demissão sem justa causa, que

será de 20%. E institui no corpo da lei o banco de horas para os trabalhadores. A nova medida extingue, ainda, vários dispositivos da CLT, muitos dos quais relacionados aos órgãos e mecanismos de fiscalização e aplicação de penalidades vinculados ao Ministério do Trabalho. Além disso, a MP 905 altera diversas legislações específicas referentes a regulamentação e

registro de profissões como jornalistas, publicitários, corretores de seguro, químicos, arquivistas, radialistas, músicos, estatísticos, sociólogos, secretários, entre outras. Extingue inclusive vários mecanismos de fiscalização e punição para o combate à precarização das condições de trabalho, afetando a contratação do mercado privado e também de servidores públicos.

LULA LIVRE, DERROTA DE BOLSONARO



O Supremo Tribunal Federal, em votação muito apertada (6 x 5), declarou inconstitucional a jurisprudência que havia estabelecido a prisão para qualquer pessoa condenada em duas instâncias. A decisão permite a libertação de cerca de cinco mil presos, incluindo Lula da Silva – que esteve na prisão por um ano e meio. O ex-presidente poderia retornar à prisão se o apelo à sua sentença fosse rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal.

A mudança de posição do STF deveu-se, segundo a opinião do jornalismo brasileiro, aos vazamentos obtidos pelo site da Intercept, que mostram que a condenação de Lula foi uma operação político-criminal do ex-juiz Sergio Moro em conluio com operadores ligados Bolsonaro e os serviços de inteligência brasileiros. Moro é agora ministro da Justiça. O *Globo* denunciou o governo Bolsonaro como "subversivo da democracia" e atribui a ele um vínculo com as "milícias" que aterrorizam a população do Rio de Janeiro.

Um vazamento de serviços de inteligência estabeleceu um vínculo entre Bolsonaro e um dos que executaram o assassinato de Marielle Franco. Para vários comentaristas, a decisão do STF põe em causa a operação Lava Jato, que investiga as conexões da construtora Odebrecht, dos governos petistas e de vários políticos e capitalistas brasileiros.

Somente se for caracterizada como um revés ou derrota de Bolsonaro e um revés para prisões preventivas de conteúdo político, a liberdade de Lula é uma vitória para os interesses populares. A partir do momento de sua prisão, repudiamos ou atropelamos e reivindicamos a liberdade de Lula. A superação do ascendente Lula e do PT em vários setores da classe trabalhadora e da população só pode ocorrer através de lutas políticas -

perseguições e detenções arbitrárias reforçaram, em inúmeras ocasiões, a autoridade política dos perseguidos, neste caso, um líder da classe trabalhadora que se tornou um defensor estratégico do capitalismo e da burguesia.

A libertação de Lula é uma expressão distorcida do crescente enfraquecimento do governo Bolsonaro, mesmo quando conseguiu impor uma reforma previdenciária prejudicial aos trabalhadores e reformas tributárias e trabalhistas da mesma natureza. Um gigantesco leilão para a exploração do petróleo brasileiro em águas profundas concluiu, no entanto, um fracasso, enquanto a crise econômica não encontra saída.

No clã Bolsonaro, está em discussão uma proposta de reforma constitucional, que transformaria o regime político brasileiro em uma espécie de pinochetismo. Os confrontos entre Bolsonaro e a grande mídia - *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, bem como o racha de seu partido - o PSL -, são uma expressão da rejeição de seu governo por grandes setores da burguesia.

Lula disse que começará a percorrer o país de olho nas eleições de 2024. Uma variante do "vamos esperar 2019" do kirchnerismo argentino, que funcionou como uma cumplicidade não declarada com o governo Macri. Alberto Fernández convidou Lula para a cerimônia de posse do governo argentino em 10 de dezembro, ao mesmo tempo em que Bolsonaro degradou o nível político de seus enviados - secretários ou sub-secretários. A libertação de Lula está enredada em uma crise de ordem continental, que hoje tem o epicentro da Bolívia, onde o 'populismo' acaba de capitular diante de um golpe de direita.

FREDERICO FALCÃO



Morreu em outubro passado, Fred Falcão, ex militante da Polop (Política Operária), preso político da ditadura, torturado, nosso companheiro na Direção Nacional do Andes - Sindicato Nacional, docente na Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, nos últimos tempos nosso camarada no Conselho de Redação do *Boletim Classista*, autor de "Os Homens do Passo Certo" (Editora

Sundermann), uma história crítica do PCB, nosso grande amigo.

O esperávamos, como nos anos precedentes, quando sempre participou, no Simpósio sobre os 100 Anos da Internacional Comunista na USP. Não pôde vir. Uma perda irreparável, uma grande dor. Camarada Fred, Presente! Vivo em nós! Hasta la victoria siempre!

O RECUO DA DIREITA INTERNACIONAL E O MOMENTO LATINO-AMERICANO

Quando crises econômicas não contemplam saídas políticas se processa a decomposição das institucionalidades que até então conferiam estatuto legal às relações de exploração, sobretudo diante da demanda crescente por ainda mais desregulamentação das relações trabalhistas para práticas de maior precarização e hiperexploração da força de trabalho, pretendendo recompor taxas médias de lucro em termos que acabam por produzir ainda maior agravamento da crise que se avoluma.

A crescente financeirização do capital tem produzido ainda outro efeito nefasto no desigual e combinado desenvolvimento econômico: o descolamento entre o capital entesourado no sistema financeiro e o mundo da produção, para onde não mais tem retornado como reinvestimento, o que afeta decisivamente o volume da circulação comercial e faz decrescer o poder de consumo. É nestes termos que se dá a crise do capitalismo internacional que ora atravessamos, costumeiramente localizada pelo discurso jornalístico e pelas school business anglo-americanas a partir do final do ano de 2007, como crise dos subprimes, mas cuja origem remonta à ladeira histórica iniciada nos anos 1970 com a crise internacional do petróleo e seguida por consecutivos períodos de relativa estabilidade econômica acompanhados de novos declives, sem que fossem recompostas as anteriores taxas médias de lucro.

Mas até que a crise estrutural do capitalismo alcance a condição de caos sistêmico, no ocaso do atual ciclo de

acumulação, mudam os atores a quem compete a consecução de agendas que pretendem a recomposição das taxas de lucro das classes proprietárias, por sobre as quais se impõem os interesses do rentismo, quando os instrumentos políticos convencionais deixam de mostrar-se eficientes à necessária destruição de direitos sociais. Ou seja, o agravamento da crise capitalista cria as condições para o recrudescimento do autoritarismo político no mundo.

Daí provêm as bases de apoio para que a ultradireita tenha chegado ao poder nos Estados Unidos e no Brasil, com a diáde Trump-Bolsonaro anunciando o que diziam ser uma "nova era" da política internacional; enquanto forças aparentadas disputavam o espectro político de realidades centrais como França, Itália, Holanda, Alemanha, etc. No entanto, as contradições internas a essas forças políticas, centradas na inabilidade comum a um protagonismo vulgar e nas fissuras internas que de forma beligerante produzem cotidianamente, têm explicitado o infortúnio político que demarca a insustentabilidade deste ciclo.

A Itália sediou, há cerca de um ano, parte significativa dos esforços que pretendiam soterrar o campo liberal e vencer as principais eleições europeias, o que rendeu preocupações severas acerca dos rumos da política internacional se somarmos a popularidade de Matteo Salvini aos resultados eleitorais colhidos pelos Le Pen e a articulação de Steve Bannon, "mentor" de Donald Trump, pela consecução de um movimento internacional antiliberal. Sem poder contar com a "Alternativa para a Alemanha" (AfD), com eurocéticos de outros matizes, com

outras forças da ultradireita europeia e enfrentando-se ainda nas ruas de Paris com os “coletes amarelos”, o “Movimento” iniciado por Bannon fez muito menos do que ousou pretender, o que já era flagrante pelo menos desde as eleições de maio para o Parlamento Europeu, quando retrocederam quase todos os partidos da extrema direita (à exceção da Liga do Norte).

Na Itália, a popularidade de Salvini já despencou a tal ponto que nas urnas acabou defenestrado do governo. O inusitado se refere ao sucesso alcançado nas eleições europeias, onde o partido de Salvini computou um terço dos votos italianos após uma incisiva campanha anti-imigração; mas já em julho sua popularidade caíra para 37,5%, o que o impeliu a sabotar o próprio governo que compunha no intuito de forçar novas eleições. Para a Liga do Norte, os resultados foram contrários aos esperados: o isolamento político com o deslocamento de forças (como o Movimento Cinco Estrelas - M5S) para o centro do espectro político adensou a maioria parlamentar que acabou confirmando o segundo mandato de Giuseppe Conte, isolando ainda mais a Liga do Norte e fazendo cair o apoio a Salvini, já fora do governo, para 32%.

Em crise está também o governo de Viktor Orbán, na Hungria, onde eleições municipais tendem a diminuir o controle de seu partido em importantes regiões do país como a própria capital, Budapeste; enquanto seu mando segue pleno sobre eleitores de pequenas cidades e vilarejos. Já o Partido da Liberdade (FPO), na Áustria, teve desempenho pífio nas eleições de setembro quando ganhou apenas 16% dos votos para o Parlamento, onde perdeu 20 assentos. Perdas que não chegam, nem de longe, a acompanhar o cataclisma político que culminou na queda do governo em maio, após escândalo que vinculava a chancelaria ao capital russo em negociações assaz escusas. A FPO, diante das adversidades, prontamente amainou o discurso e na pessoa de Sebastian Kurz, seu líder, tem buscado alianças com os Verdes e, com isso, uma imagem que pretende menos extremada.

Os dados que informam a impossibilidade do projeto pretendido por Bannon não significam, contudo, que a ultradireita na Europa tenha deixado de ser uma força política relevante, uma vez que suas dissidências internas podem ser rapidamente coesionadas por força de suas próprias conveniências, bem como sua articulação internacional retomada noutros termos. À guisa de exemplo, enquanto na Itália e na Hungria são colhidos retrocessos, na Polônia está garantida a reeleição do Partido da Lei e da Justiça, ao passo em que a AfD logrou resultados positivos nas eleições estaduais de setembro. A própria Liga do Norte, depois das desastrosas ações de Salvini, segue sendo o maior partido da Itália.

Mas a perda de envergadura da ultradireita europeia informa os destinos que já são colhidos no norte da América e no Brasil: a incompatibilidade entre os destemperados discursos, exageradas promessas e a realidade econômica que em crise se impõe, bem como o desgaste rapidíssimo desses governos diante do compasso acelerado do processo de destruição de direitos sociais na nova etapa de austericídio acentuado dos empreendimentos ultra neoliberais. Nesta fase mais acelerada de destruição de direitos históricos, essas forças políticas têm se enfrentado com a insatisfação dos subalternos manifestada nas ruas.

Desde a França, é como o governo neoliberal de Emmanuel Macron tem se enfrentado com a maior greve

de transportes já havida, em mais de uma década, em Paris, no exato momento em que tenta aprovar uma reforma previdenciária das mais severas de toda a sua história e põe em risco os sistemas de seguro-desemprego que assistem a milhares de trabalhadores franceses. Iniciadas, em novembro do ano passado, por sindicatos que representam trabalhadores dos transportes, as greves, bloqueios e manifestações tomaram envergadura e espectro muitas vezes maior, incorporando pautas bastante diversas e distintos segmentos da sociedade francesa, entre trabalhadores e estudantes.

No Reino Unido, segue o impasse acerca de sua saída da União Europeia, cerne da disputa entre forças bastante distintas pelo controle político do país e, entre elas, a ultradireita representada por Boris Johnson, uma das principais lideranças na campanha pelo Brexit quando do plebiscito realizado em 2016. Escolhido como novo líder do Partido Conservador e, com isso, primeiro-ministro do Reino Unido, tem colocado em rota de colisão o país com a União Europeia (agravando a marcha da desintegração regional) num processo que inscreve a crise política que já derrubou dois premiês: David Cameron e Theresa May, esta após sua proposta de acordo ter sido rejeitada 3 vezes pelo Parlamento.

Isso porque, definida a saída, a luta política nesta nova etapa refere-se ao acordo que deve dar os termos da ação. Entre os temas mais sensíveis estão as medidas de transição para o fim das regras de livre comércio, dizendo respeito aos ingleses que vivem e trabalham em outros países, bem como europeus de diversas proveniências que vivem e trabalham no Reino Unido e, por fim, ao pagamento de 39 bilhões de libras à União Europeia pela rescisão do contrato de integração regional. No horizonte da sociedade inglesa está a possibilidade, com o “no deal”, de uma recessão econômica pior do que aquela provocada pela crise financeira internacional de 2008, com um decréscimo imediato de 8% de sua economia já logo após a saída e a subsequente desvalorização da libra em pelo menos 1/4 de seu valor. Trata-se de um impacto negativo de 90 bilhões de libras a ser sangrado, segundo o próprio Tesouro Britânico, até 2035.

Os revezes agora da extrema-direita, que periga ser responsável por uma desastrosa saída da União Europeia desprovida de acordo, ocorrem no campo da disputa em que desponta a popularidade do líder trabalhista Jeremy Corbyn, e que por pouco não venceu as eleições que guindaram Boris Johnson às mais altas estruturas de poder do Estado inglês. Pode-se dizer, mais amplamente, do avanço notável do Partido Trabalhista que o abriga e que alcançou um de seus melhores desempenhos nas eleições parlamentares de junho de 2019. No próprio partido, Corbyn tem representado posturas que pretendem sua renovação frente a uma tendência trabalhista acomodada às políticas neoliberais pelo menos desde o governo de Tony Blair, estabelecendo como objetivo para a política externa inglesa um protagonismo autônomo dos interesses da Casa Branca.

A “novidade” inglesa contrasta com a tendência, cristalizada em Espanha com o *Podemos*, de partidos-movimento, enquanto Corbyn catalisa a insatisfação da militância trabalhista capaz de subverter as teses conformistas e a burocracia do próprio partido, “de dentro para dentro”. Na realidade ibérica, ardem em chamas as ruas das cidades catalãs, de Barcelona e de Girona, no momento em que o “Procés” (o processo independentista da Catalunha) recebe um forte golpe: a sentença

condenatória emanada pelo Tribunal Supremo contra nove líderes separatistas por sedição e malversação. São penas que variam de 9 a 13 anos de prisão contra Oriol Junqueras, ex-presidente, e outros líderes do procés.

Logo após o anúncio fez-se um outubro de chamas em várias cidades onde protestos e manifestações ganharam as ruas e se enfrentaram com o mais brutal da selvageria policial enquanto barricadas eram erguidas, veículos e lixeiras incendiados e os segmentos em luta de trabalhadores e estudantes perseguidos. Não devem ser confundidas aqui as pautas do catalanismo com as reivindicações daqueles que, pauperizados e aliados das estruturas de poder, nas ruas protestam, mas como em incontáveis levantes populares serviram os motivos nacionalistas de estopim para a deflagração de movimentos muito mais amplos, heterogêneos e cujas pautas passam a extrapolar as razões iniciais.

Da Península Ibérica ao norte do Hemisfério Ocidental, o “Movimento” de Steve Bannon se vê em meio ao processo de impeachment movido contra Donald Trump que, se não o arremessar para longe da Casa Branca, no ocaso de um medíocre mandato presidencial, tem o real potencial de inviabilizar de vez sua reeleição em 2020. O processo teve início aos 24 de setembro quando acolhido pela Câmara dos Representantes, onde a maioria democrata prevê sua aprovação e encaminhamento ao Senado (onde, por sua vez, a maioria é republicana) considerando as acusações, anteparadas por vasta materialidade, de que Trump teria se valido de sua condição de presidente para recrutar autoridades ucranianas a fim de que agissem a seu favor nas eleições vindouras. As novas denúncias se somam àquelas que já informavam a interferência russa nas eleições de 2016, mas que em razão de sua anterior capacidade de articulação, não prosperaram.

Ainda que a maioria, no Senado, seja republicana, uma vez concluídos os trâmites na Câmara dos Deputados acusando a conduta criminosa do presidente, tanto pela absolvição quanto pela condenação a maioria na Câmara Alta deverá ser qualificada em dois terços. Independente da capacidade de articulação de Trump para manter-se agarrado ao poder, ficam explicitados seus notórios limites no momento em que já se lança à reeleição e seguindo a dar voz aos setores mais conservadores da sociedade norte-americana, compondo a uma moral de fundo protestante, desde que branca, recalcamientos diversos que fizeram de parte das classes castigadas pela crise capitalista sua mais empenhada base de apoio.

Sua eleição serviu de autorização para que organizações e grupos diversos viessem à público, reivindicando a quinta emenda, para incitar ainda mais racismo, lgbtobia, xenofobia, misoginia machista e anticomunismo, estimulando atos de violência como o atropelamento de manifestantes, duramente um protesto antirracismo, em Charlottesville, na Virgínia, que resultou na morte de uma militante, além de dezenas de feridos. Nacionalistas brancos, neonazistas e a Ku Klux Klan têm migrado do subterrâneo, onde se mantiveram organizados desde o advento de direitos civis, à superfície onde passam a contestar, no debate público, esses mesmos direitos.

Na marcha dialética da história, a forças odiosas que ali se levantam se enfrentam com a resistência do movimento negro, das mulheres em luta, da militância lgbt e de outros segmentos, na luta por direitos, que se organizam no espectro do reavivamento da luta socialista (que reaparece nos EUA) contra os efeitos nefastos do neoliberalismo ali

materializados, de forma mais contumaz, na crise de 2008. Desenvolvendo-se no seio da juventude desassistida por direitos e em meio a trabalhadores pobres e precarizados de toda sorte, o “novo socialismo americano”, conclamado “*millennial socialism*”, é o campo da luta dos 99% mais pobres contra o 1% mais rico, nas clivagens que se aprofundaram a partir da crise financeira de 2008, passando pelo marco de 2011 com o movimento Occupy Wall Street, do qual o crescimento da militância socialista entre jovens é diretamente tributária.

Em 2018, a marca da nova etapa nos EUA foi a greve dos professores, deflagrada em Oakland, que atravessou todo aquele ano, desde fevereiro, e adentrou o primeiro semestre de 2019, já tendo se derramado por sobre estados de maioria partidárias republicana e onde se adensam setores ultraconservadores da sociedade norte-americana, como Arizona, Carolina do Norte, Colorado, Kentucky, Oklahoma e Virgínia Ocidental, dando vulto a uma greve nacional da educação que, já no início de 2019 chegava a cidades majoritariamente democráticas como Denver, Los Angeles e Oakland. É sobre essa tessitura social que se assiste o aumento notável da popularidade, entre jovens, de Bernie Sanders, junto do crescimento exponencial dos “Socialistas Democráticos da América (DAS)” (de Barbara Ehrenreich e Noam Chomsky), enquanto despencam os índices de aprovação do governo Trump.

No campo da política internacional, muitos são os nexos que ligam, sobretudo a partir de imperativos econômicos, os destinos ocidentais aos processos que têm curso em importantes países médio-orientais, sob ingerência direta ou indiretamente estrangeira. Desde março de 2011 a Síria tem sediado uma das mais sangrentas guerras civis de todo o Oriente Médio. Trata-se exatamente da realidade que logrou estancar a estratégia do “redirecionamento” que pretendia chegar à Teerã, passando por Damasco, capitaneada por EUA e Inglaterra à frente da OTAN, para as mudanças de regime que tiveram curso durante a “Primavera Árabe” e dos levantes populares que varreram, ali, diversas realidades.

A ingerência ocidental e o escopo de dividir a região (que passaria a divisar Curdistão, Sunistão e Xiistão, com o governo Bashar Al-Assad reduzido às regiões alawitas) explicam a diversidade de atores no chão dos conflitos. Entre as tropas regulares do Estado sírio, o Exército Livre da Síria (ELS), o Estado Islâmico, o Hezbollah, a Guarda de Ouro da Revolução Iraniana e os combatentes curdos, está um povo desgraçado pela destruição humana e material e que tem preconizado a mais grave crise humanitária já vista desde o término da Segunda Guerra Mundial.

De 2003, com a deflagração da Segunda Guerra do Golfo e a ocupação norte-americana do Iraque, desdobrando-se em guerra civil, à guerra civil da Síria (dois países fronteiriços), tem-se a reedição das guerras por procuração, comuns ao período da Guerra Fria e envolvendo ao menos dois níveis de procuradores para o mesmo chão dos conflitos: no primeiro nível enfrentando-se o Irã (à frente do “arco-xiita” que envolve ainda a Síria e o Iraque) e a Arábia Saudita (enclave da política externa norte-americana junto às petromonarquias do Golfo Pérsico); no segundo nível a aliança entre Rússia e China de um lado e a composição EUA e Inglaterra de outro. Portanto, na devastação produzida pelo Ocidente no Oriente Médio ocorre uma importante etapa da luta

econômico-comercial em curso, na disputa por recursos estratégicos na região.

É nesses termos que após a gestão do primeiro-ministro xiita Al Maliki, no Iraque ocupado (empossado o premier pelas forças de ocupação), o governo iraquiano volta a escapar do raio de ação da política externa anglo-americana, compondo-se ao “arco-xiita” dirigido pelo Irã e com isso aproximando-se da aliança russo-chinesa, o que explica também o combate ao Estado Islâmico, após 2014, organizado a partir da franquia iraquiana da Al Qaeda, como parte das estratégias ocidentais para retomada do controle da região. Neste quadro, uma mudança significativa operada na realidade médio-oriental é o fato de o Estado Islâmico ter sido demovido da condição de ator relevante, perdido parte significativa de seu bastião territorial, ainda que suas estratégias por sobre o território sírio tenham servido às tentativas norte-americanas de transformar Iraque e Síria em “estados falidos”.

A desintegração sobretudo da Síria traria vantagens enormes aos EUA, uma vez que a Rússia vem fornecendo petróleo ao restante da Europa por meio da Síria e da Turquia, bem como permitindo à Rússia acessar mares quentes no Mediterrâneo, baseada em Tartus. Isolar o xiismo no sul do Iraque e da Síria permitiria ainda quebrar o “Eixo da Resistência” entre o Irã, Síria e Líbano e, com isso, impedir a modernização de arsenais como o do Hezbollah, o que tem sido feito com o apoio iraniano. Este delicado equilíbrio de poder, uma vez obliterado, permitiria uma expansão ainda maior de Israel sobre territórios ocupados sem que para isso tivessem que temer o exército sírio, iraniano ou libanês, corroborando para um flagelo ainda maior para o povo palestino.

A derrota imposta ao Estado Islâmico corrobora o processo de expansão da presença russo-chinesa na região, já tendo a China logrado recompor a parte marítima da Rota da Seda, possibilitando-lhe expandir o comércio entre o Leste da Ásia, o Oriente Médio, a África e a Europa. Enquanto a Rússia, estreitando laços com o Irã, centra esforços na construção da linha férrea Cazaquistão-Turcomenistão-Irã e que criará uma rota direta entre Norte e Sul, corredor paralelo do lado ocidental do Mar Cáspio que ligaria o Irã à Rússia. Por fim, a aliança entre Rússia e China ganha materialidade na construção do mega gasoduto Yakutia-Khabarovsk-Vladivostok, que entregará gás natural russo à China, integrando energeticamente ambas as potências.

Logo, o que está em jogo, no Oriente Médio, é a capacidade de o capitalismo de Estado Chinês, amparado pelas estratégias do territorialismo russo a fim de aumentar sua presença na Europa, expandir-se em direção à África e América Latina; bem como a oposição norte-americana em armas, amparada por Inglaterra, às estratégias em curso. Com isso, na mesma coerência se inscreve a luta pela hegemonia regional entre Irã e Arábia Saudita na disputa pelo controle de reservas petrolíferas, nos interesses das grandes potências e da indústria armamentista. Com isso, derrotada a cruzada militar de EUA e Inglaterra contra o Estado Islâmico, esperando que a guerra produzisse a falência ao menos de Iraque e Síria, a política externa dos EUA se volta com maior sagacidade contra o regime de Nicolas Maduro na Venezuela, país com as maiores reservas petrolíferas do mundo, com 300,9 bilhões de barris, de acordo com dados da CIA e que, uma vez controlada, permitiria à Washington fixar o preço internacional do petróleo à revelia da OPEP.

O custo social resultante dessa nova etapa de guerras por procuração é elevadíssimo para os povos massacrados pelo imperialismo, como o iraquiano e o sírio. No Iraque, uma onda de protestos populares centrada em Bagdá e no Sul do país tem cumulado, apenas no início do mês de outubro, mais de 150 mortes e milhares de feridos decorrentes da repressão policial movida contra os manifestantes. Os alvos dos revoltosos são prédios públicos e símbolos do imperialismo, como a embaixada norte-americana, o que dá a tônica de todo o processo. As reivindicações revelam os efeitos infaustos do imperialismo: empregos e serviços públicos de qualidade para um dos países mais ricos do mundo em recursos energéticos mas que em razão da intervenção estrangeira tem seus serviços básicos decompostos e comum desabastecimento de água potável e eletricidade. Convulsões sociais registram-se em praticamente todas as realidades por sobre onde, desde 2011, espriaram-se as “primaveras árabes”, passados oito anos, quando autoritarismo e caos se impõem.

A monarquia marroquina segue a reprimir o povo saharauí, na ocupação do Sahara Ocidental, adensando os campos de refugiados em Tindouf, cidade argelina fronteiriça. Na Líbia, o caos impera desde a derrubada do regime de Khadafi, em 2011, pela coalisão norte-americana, britânica e francesa, quando irrompeu a guerra civil que envolveu diversas lideranças locais e que não foi suspendida pelas eleições de 2014 e tampouco pelo assentamento de dois governos, amparados pela diplomacia franco-italiana. A volta ao autoritarismo no Egito, onde os protestos das Praças Tahrir e Rabbath marcaram o ponto culminante da “Primavera Árabe”, é seguida pela radicalização das organizações que, reivindicando leituras mais extremadas do sunismo, se adensam desde o Sinai para perpetrarem atentados como aquele que vitimou turistas próximo às pirâmides da Guizé, em 2019. Na Turquia, retirado o apoio militar norte-americano às organizações curdas que combatiam o Estado Islâmico, o regime de Erdogan volta a massacrar o povo curdo na luta por um Curdistão independente. A guerra movida pela Arábia Saudita, com apoio dos EUA, diante dos incessantes bombardeios de áreas civis e o bloqueio à importação de alimentos, além de milhares de mortos tem sido responsável por surtos de fome que atingem grande parte da população.

Nesta nova etapa da crise econômico-comercial, após o agravamento de tensões que faziam parecer impossível um acordo entre os mandatários da economia mundial, EUA e China (as duas maiores economias do planeta), uma vez retomadas as conversações após a cúpula do G20, no Japão (no mês de maio), anunciam possibilidades de trégua na guerra comercial em curso já há 15 meses, com o acordo parcial que deverá ser assinado durante a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), em Lima, e que versará sobre produção agrícola, relações financeiras e propriedade intelectual.

O acordo que pode se tratar apenas de uma primeira etapa de conversações, tem o objetivo de reverter o quadro de desaceleração da economia mundial, agravada pelo conflito que já atingiu uma série de mercados e tem como entrave maior, nesta etapa, as demandas norte-americanas pela desvalorização da moeda chinesa. Dos novos compromissos firmados entre Xi Jinping e Trump está a compra de 40 a 50 bilhões de dólares em produtos agrícolas americanos pela China, respondidos com a suspensão do aumento de 25% a 30% das tarifas sobre 250 bilhões de dólares sobre produtos chineses no

mercado norte-americano. O acordo recoloca os EUA como competidor direto do Brasil no comércio agrícola com a China, comprometendo diretamente commodities agrícolas brasileiras.

As dimensões da catástrofe econômica iminente, no entanto, são incalculáveis. Em agosto deste ano o yuan acabou negociado no nível mais baixo desde a crise de 2008, resultado em parte da decisão chinesa de suspender todas as importações agrícolas dos EUA. Isto dito, a economia chinesa não goza mais da condição de amortecedora da crise mundial, conforme havia operado desde 2008, o que cada vez mais tem colocado no horizonte próximo uma recessão mundial absolutamente sem precedentes.

Enquanto empolados comentaristas da mídia hegemônica exaltam os ganhos, para a América Latina, provenientes do desvio de comércio para a região, com os embargos chineses a produtos norte-americanos, é preciso acusar esta fantasiosa elaboração explicitando os riscos da própria destruição dos mesmos circuitos de comércio, que a guerra comercial já tem produzido e pode, em pouco tempo, concluir. Em primeiro lugar, a redução do desvio comercial para a América Latina fará parte de todo e qualquer acordo comercial lavrado entre EUA e China, o que acentua a fragilidade da região e a volatilidade dos negócios internacionais. Em segundo lugar, embora o fluxo de capitais que a guerra entre os estados chinês e estadunidense favoreça as exportações de economias latino-americanas, tal volatilidade para além de subordiná-los ainda mais, gerou cenários que refletem de modo nítido como produtos e pessoas são compreendidos pelo atual movimento dos capitais. Por exemplo, enquanto as exportações mexicanas aos EUA cresceram US\$ 3,5 bilhões, no primeiro semestre de 2019, Trump tem endurecido os processos anti-imigração de mexicanos numa mostra de que a classe trabalhadora mexicana serve apenas para produzir itens comercializáveis sem a mesma oportunidade de adentrar em solo estadunidense. Mas, derradeiramente, para a América Latina a desaceleração das demandas chinesas tem atingido preços já de importantes países como o Chile, de quem a China compra cobre, e Peru, exportador de minérios, vulnerabilizando ainda outros mercados onde tem impactado o preço de commodities diversas.

Daí decorre uma generalizada desaceleração do crescimento econômico, acompanhada de uma elevação do endividamento de uma série de economias periféricas no sistema mundial. No cenário internacional, a América Latina deveria amargar, segundo projeções feitas no mês de abril, um crescimento de pífios 1,3% neste ano de 2019 segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), expectativa que já em julho despencara para 0,5% acompanhando a bancarrota do capitalismo internacional. O índice é inferior àquele colhido em 2018, que media um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) inferior a 0,9%. Trata-se da desaceleração brutal de 17 economias dos 20 países latino-americanos, na comparação feita com o ano de 2018. Com isso, o ano de 2019 é o de desaceleração generalizada do crescimento, impactando 21 dos 33 países latino-americanos e caribenhos.

Deste conjunto de países, a condição mais grave é aquela enfrentada por economias sul-americanas, cuja média de crescimento do PIB é esperada em torno de 0,2%, muito abaixo da média aguardada para a América Central, que deverá cumular 2,9% e Caribe, que se estima crescerá

2,1%. De toda a América Latina, as expectativas mais graves são aquelas que informam retração de 23% do PIB da Venezuela, 5% da Nicarágua e 1,8% da Argentina. Trata-se de uma retração generalizada da economia global em que a América Latina tem amargado uma condição muito mais frágil em razão dos desinvestimentos, diminuição das exportações, diminuição dos gastos públicos e a perda do poder aquisitivo de trabalhadores culminando num desaquecimento notável do consumo. Em grande medida são resultados de uma escolha política pela desindustrialização dessas economias, na busca por benefícios de curto prazo prometidos pela finança.

A renúncia à política industrial é acompanhada, pelas principais economias latino-americanas, pela priorização da exportação de bens primários e commodities agrícolas. É neste contexto que Argentina e Brasil se tornaram os maiores produtores mundiais de soja, cuja produção majoritariamente tem atendido o mercado chinês, mas sem lograr agregar valor à sua produção. Exemplo mais emblemático desta problemática é o da economia mexicana, que produz e exporta petróleo enquanto importa gasolina.

E na contramão das demandas econômicas por mais integração regional, os esforços do governo Bolsonaro pela decomposição do Mercosul atentam contra o imperativo do aumento do consumo e, com isso, do trato de mazelas como pobreza e desemprego que obstaculizam o próprio crescimento econômico. O fato de a região organizar-se em dois grandes blocos comerciais (Aliança do Pacífico e Mercosul) e mais de 30 acordos bilaterais, tem feito cumular um déficit de 11 bilhões de dólares anuais de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ou seja, enquanto o discurso político, lacaio do imperialismo, sabota as políticas integracionistas, a integração regional é a via pela qual a América Latina, como bloco, pode fazer frente ao próprio imperialismo na corrida concorrencial intercapitalista.

Na ladeira da crise capitalista, convulsões sociais tomam as ruas de importantes cidades latino-americanas, agravando-se a crise na Venezuela e arrefecendo protestos populares no Equador e no Chile, onde ao aumento do custo de vida se somam medidas governamentais que reduzem severamente benefícios sociais. Na Nicarágua e na Venezuela, o aparato repressor movido contra a dissidência política é dado como motivo para o endurecimento dos embargos econômicos e do encruamento do bloqueio comercial contra Cuba, acusada pelo governo Trump de fomentar ambos os regimes.

O bloqueio inclui sanções ao transporte do petróleo venezuelano para a ilha, o que acentua seu alinhamento com a Rússia, velha aliança centrada no acesso ao combustível. No cerco promovido pelo imperialismo, a América Latina resiste, ainda que em torno de escolhas políticas incapazes de romper efetivamente com as engrenagens do capitalismo internacional. É nestes termos que Evo Morales, sob cerco na Bolívia, alcançou a reeleição [*este texto foi redigido antes do golpe que o derrubou*]; que o governo de Andrés Manuel López Obrador enfrenta os EUA; o povo argentino decide pela volta do peronismo, com a vitória eleitoral de Alberto Fernández; que a centro-esquerda de Daniel Martínez (da Frente Ampla), chega ao segundo turno nas eleições presidenciais no Uruguai.

O protagonismo de forças políticas latino-americanas que enveredaram pelo descaminho da conciliação de classes

faz mudar os agentes operadores das agendas neoliberais, no processo que tende a seguir seu curso pela contrarreforma do Estado e demandando das organizações políticas que labutem por direitos ocupar e, em algumas precisas realidades, seguir ocupando as ruas. É o caso do Chile, onde protestos populares em proporções ali sem precedentes anunciam que as mudanças tendem a ser mais profundas e rupturais. O alcance naquela realidade de um volume máximo de contradições diz respeito à longevidade que tiveram ali as políticas neoliberais, implementadas como laboratório de experimentos desde a ditadura de Augusto Pinochet, sob patrocínio dos governos Reagan e Thatcher.

As reformas neoliberais da era Pinochet estavam centradas em um pilar central: as privatizações, adequadas àquela realidade pela nova Constituição do Chile. É desta forma que serviços essenciais como água e eletricidade foram entregues à iniciativa privada e, na mesma lógica, educação e saúde. Da ditadura Pinochet ao governo Piñera, sucessivas administrações trataram o país como uma grande empresa privada e, tal qual, nela as ações almejavam a consecução do lucro de seus acionistas, distantes demais do objetivo maior da política: o bem comum.

Mas é essa condição que permitiu, por parte da imprensa econômica e seus pseudo-especialistas, a caracterização do que seria um “oásis” de prosperidade e de “milagre econômico” que, nas últimas semanas, fizera engasgar os mesmos comentaristas quando um mar de manifestantes demonstrava o potencial latente de revisão da conjuntura política inteira, não apenas chilena, mas latino-americana. Nos punhos cerrados e nas palavras de ordem, nem a direita convencionalmente neoliberal, nem as esquerdas transformistas afeitas à conciliação de classes e nem a ultradireita histérica e raivosa detêm os meios para a superação da crise econômico-social já insustentável.

Centenas de milhares de manifestantes, entre trabalhadores e estudantes, contradisseram também o discurso de Paulo Guedes sobre os caminhos necessários ao desenvolvimento econômico brasileiro a partir de um responsável equilíbrio fiscal, sobretudo o modelo de previdência social que a partir daquele “exitoso exemplo” deveria ser, aqui, fielmente seguido e valendo-se do mesmo propositos: o próprio ministro da Economia brasileiro, think tank liberal do Instituto Millenium.

O autoflagelo público de Sebastián Piñera, que em rede nacional pediu perdão ao povo chileno por sua “falta de visão”, reconhecendo que as demandas daqueles que protestam seriam válidas, contrastam com a violência policial que faz somar mortes de manifestantes, entre eles uma criança de 4 anos, denúncias de tortura e violência sexual perpetrados pelas forças de segurança, o que fez com que o Tribunal de Santiago do Chile aceitasse denúncia contra o presidente por crimes contra a humanidade.

Outra realidade latino-americana em processo de convulsão social é o Equador onde as manifestações de massa se seguiram ao anúncio do fim dos subsídios governamentais aos combustíveis, por parte do presidente Lenin Moreno que, ao contrário do autoflagelo de Piñera, resolveu acusar, sem materialidade alguma (na já costumeiro denunciamento de fake news), que os protestos populares seriam, além de artificiais, patrocinados pelo governo de Nicolas Maduro, desde a Venezuela. A eliminação dos subsídios aos combustíveis ocasionou de

imediatamente um aumento de 123% dos preços da gasolina e do diesel, repercutindo prontamente nas contas de alimentos e outros itens básicos de consumo, fazendo insurgir sobretudo indígenas, equivalentes a 72% do povo equatoriano, na luta pela revogação do decreto que eliminava os subsídios.

As primeiras manifestações, que ganharam as ruas a partir de 3 de outubro, foram chamadas pela Associação dos Trabalhadores de Transportes e, logo em seguida, pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie), articulada a sindicatos e coletivos que fizeram agregar-se em torno de pautas contrárias ao desmonte austericida do Estado, estudantes, movimento feminista, minorias diversas e trabalhadores de diversos setores. Apenas no final do mês de outubro o governo retomou as exportações de petróleo, interrompidas pelos protestos desde o dia 9 do mesmo mês, comprometendo centenas de poços e o transporte do petróleo dos campos da Amazônia até as saídas marítimas do Pacífico.

Resistindo aos cercos montados pelo imperialismo e sediando uma das mais graves crises humanitárias já vistas no subcontinente, fica evidenciado nesta nova etapa o fracasso do intento de Juan Guaidó, na Venezuela, e que pode levá-lo a enfrentar a Justiça de seu país por, entre outros atos, fomentar a intervenção militar estrangeira com o escopo de depor o governo de Nicolas Maduro. O presidente da Assembleia Nacional venezuelana se autoproclamou presidente interino do país com apoio de setores empresariais, do governo Trump e, na América Latina, de seus satélites subordinados: de Iván Duque Márquez, presidente colombiano, a Jair Bolsonaro, em Terras Brasilis. A derrota é plasmada, sobretudo, pelo esmorecimento das vontades por uma aventura militar em solo venezuelano, instigada pelo próprio Guaidó e rejeitada em fevereiro pelo Grupo de Lima (aliança anti-bolivariana, composta por 12 países latino-americanos com o propósito de se opor ao chavismo na Venezuela) e pelos EUA quando seus chanceleres se reuniram, junto de Guaidó, em Bogotá.

Sublinhe-se que, com o agravamento da crise capitalista acentuada a partir de 2008, fica explicitada a incapacidade de forças políticas que disputam o espectro da institucionalidade de diversas realidades – direitas convencionalmente neoliberais, esquerdas de frente popular e a extrema direita ultra neoliberal – darem saída política (pela institucionalidade vigente) para os entraves que impedem a recomposição das taxas médias de lucro das classes proprietárias, com a retração da produção e da circulação comercial, e as garantias das quais é ávido o rentismo, pela consecução dos mesmos volumes de transferências de fundos públicos para o setor especulativo do mercado financeiro, fazendo-se avolumar miséria e desemprego não como fenômenos anômalos às desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista: mas à normalidade em si! Nesta nova fase da crise que se agiganta, o momento é notadamente latino-americano, onde lutadores e lutadoras chilenos e equatorianos ocupam as ruas com reflexos diretos na conjuntura brasileira, E das lições a serem apreendidas da realidade latino-americana, para toda a conjuntura internacional as saídas para a crise que se agiganta estão dadas nas ruas, com trabalhadores e trabalhadoras em luta em todo o mundo, aos quais devemos apoio irrestrito, na luta contra o capital, em nome da mais sincera solidariedade internacional.

Rodrigo Medina Zagari

CHILE: A QUESTÃO DO PODER

É indiscutível que no Chile uma situação revolucionária foi criada. Uma ação de massa indomável causou uma semi-paralisia do aparato estatal e reduziu quase a nada os partidos políticos, isto é, os da oposição. Por outro lado, organizações populares autônomas (conselhos ou assembléias populares e grupos de ação anti-repressão) foram desenvolvidas com base nessa ação de massa. A greve de 24 horas na terça-feira 12 de novembro, por iniciativa de 110 organizações sindicais, com slogans políticos, pôs em movimento a classe trabalhadora organizada, sem prejuízo de que seja uma tentativa preventiva da burocracia sindical de impedir que os trabalhadores transbordem o aparelho de controle sindical. As massas na rua, sem orientação política, colocaram na agenda um slogan do poder, que é a Constituinte Soberana, que significa a revogação dos poderes do Estado e, em primeiro lugar, a queda do governo. Todos esses fatores tipificam uma situação revolucionária e o desenvolvimento de um processo revolucionário.

A atualidade atualização da questão do poder é vista na decisão do governo Piñera, ou seja, o alto comando militar e a oligarquia financeira, de debater a demanda política das massas, a Assembléia Constituinte. O governo promete, em suma, permitir uma reforma da Constituição, que seria levada a cabo pelo Congresso da Nação em exercício. Pretende, dessa maneira, levar o assunto por muito tempo, abrindo um debate interminável com a oposição, preparando a única maneira na qual confia, que é o esmagamento militar da rebelião popular; o golpe militar na Bolívia incentivava ainda mais essa opção contrarrevolucionária. Piñera precedeu o anúncio desta proposta com o pedido de serviço ativo do pessoal aposentado da Carabineros. Como alternativa à negociação, ele admitiu ter chamado um Constituinte, composta na metade por legisladores em exercício e representantes eleitos; a Constituição chilena, pinochetista, não admite a figura da Assembléia Constituinte.

A oposição, incluindo o Partido Comunista, que tem uma forte presença na liderança sindical, levantou, em primeira instância, o apelo a um plebiscito para decidir se convoca ou não uma Constituinte, por um lado, para fugir à proibição constitucional, mas, acima de tudo, para legitimar a continuidade política do governo e do Congresso, que seriam os convocadores desse plebiscito. Qualquer uma dessas propostas visa promover a desmobilização das massas, que daria lugar a todos os tipos de manobras contrarrevolucionárias. Em uma manobra adicional, que demonstra a obsessão em liquidar a mobilização popular, a oposição de centros-esquerda e o Partido Comunista concordaram em deixar o plebiscito para depois, isto é, como recurso ratificante da Constituição aprovada. A Constituinte eleita que propõe a oposição trabalharia paralelamente ao governo e ao Congresso, isto é, careceria de poder e até legitimaria a continuação do regime político. A direita se opõe a essa abordagem porque teme, embora até certo ponto, que uma Constituinte paralelo ao sistema político possa colidir com ele e derrubá-lo, devido a uma pressão extraordinária das massas. O objetivo supremo de todo esse lobby constitucional é tirar as pessoas da

rua e criar as condições para uma virada contrarrevolucionária.

A condição elementar de uma Constituinte soberana é a expulsão de Piñera do governo e a dissolução do Congresso. Ou seja, a Constituinte assumiria o poder político, a partir da liquidação do poder político que o precede. A Constituinte soberana, ou seja, governamental, terá como primeira tarefa a luta para conquistar o poder real, o que significa desarmar as forças armadas pinochetistas e estabelecer uma milícia republicana, armando os trabalhadores. O desenvolvimento político concreto desse processo não apenas enviará os partidos políticos atuantes para o depósito de lixo da história, mas deverá criar corpos de poder das próprias massas - os conselhos populares devem ser complementados pela criação de conselhos de trabalhadores e pela eleição de um Conselho Nacional dos Trabalhadores, composto por delegados eleitos e revogáveis, do local de trabalho e regional. O desenvolvimento do processo revolucionário exige revolucionar a organização de massas que impulsionam esse processo revolucionário.

Para os combatentes socialistas de todos os países, o que acontece no Chile oferece lições excepcionais, porque representa um desenvolvimento na prática de um processo de transição e de um programa de transição. A reivindicação da Assembléia Constituinte Soberana aparece como um pilar político fundamental, como uma ponte entre a crise política, a rebelião popular e a luta por um governo operário. No Chile, são manifestadas todas as contradições dessa transição e todas as manobras da reação política e as forças da conciliação de classes, que distorcem a pretensão de prejudicar seu lado revolucionário e impõem seu ângulo conciliatório, ou seja, uma abordagem constitucionalista. A ideia de que uma Constituinte reproduziria o mesmo regime político que se deseja derrubar, porque no final os partidos majoritários permaneceriam os mesmos, exibe um nível surpreendente de ignorância, porque o processo político consiste, precisamente, em quebrar a resistência desses partidos a substituir o regime político por uma Constituinte soberana, por meio de organizações autônomas de poder das massas e pelo desenvolvimento de um partido revolucionário. Marx alertou, antes de tudo, o caráter permanente das revoluções modernas, na análise da Revolução Francesa, onde as criações e dissoluções de Assembléias e Constituintes eram a expressão de uma radicalização da luta de classes, que na França culminou na ditadura jacobina, na Convenção; no período do declínio capitalista isto deve culminar na ditadura do proletariado.

O golpe contrarrevolucionário na Bolívia não pode ser entendido fora da revolução chilena. Uma derrota do golpe de Trump, Bolsonaro e Macri daria um grande impulso à rebelião popular no Chile, mas mesmo a ameaça que esse golpe representa para o povo chileno pode ser um fator de radicalização da revolução. Num cenário com as massas decididamente em luta, o esquematismo parece mais do que nunca um pedantismo. É necessário um grande trabalho político de esclarecimento na classe trabalhadora sobre o escopo histórico das rebeliões no Equador e no Chile e

da luta contra o golpe na Bolívia; todas as contradições que atravessam a Argentina a colocam no primeiro lugar de uma luta iminente entre revolução e contrarrevolução
Fora Piñera, dissolução do Congresso; greve geral,

Constituinte soberana; Cabildos, conselhos de trabalhadores, governo dos trabalhadores.

Jorge Altamira

A CRISE POLÍTICA NA BOLÍVIA



(Artigo redigido antes da renúncia de Evo Morales, o golpe militar-policial e as grandes mobilizações antigolpistas)

Bolívia está passando por uma crise política própria, enquanto em outros países da América Latina estão se desenvolvendo processos que revelam uma crise generalizada de regimes políticos e uma tendência à iniciativa e à rebelião popular. No Chile, a rebelião popular adquire facetas ainda mais combativas, enquanto no Equador o compromisso entre as organizações indígenas, por um lado, e o governo pró-imperialista, por outro, está esgotado. Mais ao norte, as eleições municipais na Colômbia registraram uma derrota inapelável para o uribismo, enquanto na Argentina o fracasso retumbante do macrismo levou a uma transição de alcance incerto diante da magnitude da crise financeira, industrial e social. Um poderoso sintoma do terremoto político que o continente está atravessando tem sido a reação intempestiva do fascista brasileiro Jair Messias Bolsonaro, em um quadro de confrontos com os grandes meios de comunicação e tensões no gabinete controlado pela cúpula das Forças Armadas.

O detonador da crise boliviana foi a aparente irregularidade na contagem dos votos da eleição de 20 de outubro passado e a estreita margem que se atribui o governo para evitar um segundo turno das eleições. Evo Morales concorreu à reeleição, violando um referendo há dois anos que lhe negou essa possibilidade. O governo indígena é acusado de violar duas vezes a legalidade constitucional. O pico de 46% atribuído ao partido no poder é, por outro lado, o menor recorde que o EM obteve desde a primeira eleição em 2005, e vinte pontos abaixo do registrado há menos de uma década. Tudo isto, em conjunto, descreve uma crise de regime político, que ainda precisa ser explicada.

Assim como o restante da América Latina, a Bolívia é afetada pela queda do preço internacional das matérias-primas - neste caso, gás, petróleo e soja. Por esta razão, os índices fiscais e de comércio exterior acompanham o de votos. O declínio econômico explica o descontentamento da oligarquia de Santa Cruz, que já não aceita a pressão fiscal da fase eufórica. No final da última década, o Altiplano e Santa Cruz pareciam estar caminhando para uma guerra civil, devido à oposição de Santa Cruz a uma redução no tamanho dos latifúndios que o novo projeto de Constituição previa.

O compromisso alcançado nesse momento satisfaz tanto a oligarquia que o MAS de Evo obteve 54% dos votos na região. O entrelaçamento do indigenismo e da oligarquia foi exposto muito recentemente quando os proprietários de terras começaram a queimar florestas na Chiquitania com a cumplicidade do governo central. Os planos da oligarquia nesta matéria são, no entanto, muito mais amplos. Juntam-se aos de Bolsonaro, protagonista central da atual crise boliviana.

A denúncia do processo eleitoral escalou para níveis adjacentes ao golpe de Estado. Da exigência de convocar um segundo turno ou de votar novamente, houve uma exigência de renúncia de Evo Morales. A aceitação de uma auditoria da votação pela OEA é rejeitada pela oposição e até mesmo pelo secretário geral, Luis Almagro. A pressão para que o Evo saia agora é internacional. Uma operação Guaidó está começando a ser montada para a Bolívia. O movimento secessionista de Santa Cruz - a extrema direita - convocou Evo a sair do governo em 48 horas. Tudo indica que se iniciou um processo para reverter as derrotas de Macri e Uribe, o fracasso do golpe na Venezuela e, finalmente, as rebeliões chilena e equatoriana.

O Leste boliviano é uma área com alta influência dos capitais brasileiros, além da dependência do Brasil do

gás boliviano. Este quadro se repete no Paraguai, onde os brasiguaios e a burguesia brasileira em geral conspiraram para derrubar Lugo. No caso da Bolívia, Bolsonaro está no comando, embora o grau de intervenção da liderança militar ainda não esteja claro. O envolvimento do Estado-Maior do Exército transformaria a crise boliviana em uma crise internacional. Alberto Fernández se fez de otário em todo esse assunto, seguindo o exemplo de Perón antes dos golpes no Uruguai e no Chile em 1973. A declaração do Alberto Fernández durante sua visita ao México, no sentido de que a política externa da Argentina não será "ideológica", insinua uma abstenção cúmplice do golpe. Na época, a Cristina Kirchner e Dilma Rousseff (mais Lula) assistiram impassível ao golpe contra Lugo, que a ex-presidente do Brasil pagaria à suas custas.

Sem dar qualquer apoio à pureza da eleição comandada por Evo Morales, é necessário estabelecer uma linha clara de luta contra o golpe brasileiro-cruceño-trumpista. As centrais sindicais e indígenas oficiais incondicionalmente o governo, mas outras, em Potosí, por exemplo, erguem a bandeira da "democracia". Em outras palavras, a liderança política da crise é monopolizada pelos dois lados capitalistas da crise (a burguesia indígena, por um lado, e a oligarquia oriental, por outro). A derrota do golpe, através da ação das massas, que repita em uma escala muito maior a marcha indígena do Altiplano para o oriente em 2007, é uma prioridade. Na base de uma derrota completa do golpe de Bolsonaro e da oligarquia de Santa Cruz, deve se colocar a convocação de uma Constituinte Soberana.

Evo Morales acordou cedo no domingo 10 de novembro para anunciar a convocação de novas eleições e cancelar as que ocorreram em 20 de outubro. Também dissolveu o Tribunal Eleitoral questionado. Ele o fez depois que uma declaração da OEA foi conhecida, que denunciou "irregularidades" nessas eleições. O governo pediu à agência colonial dos Estados Unidos uma auditoria não vinculativa do escrutínio, que a oposição, no entanto, denunciou como uma manobra. Em vez disso, ele reivindicou, em alguns casos, novas eleições e um novo tribunal eleitoral, e em outros a renúncia imediata do governo.

O que desencadeou a anulação das eleições foi, antes do comunicado da OEA, o motim da polícia em Cochabamba, um reduto da oposição que ameaçava se estender além desse perímetro, mas sobretudo o comunicado da liderança das forças armadas, que pede uma saída "dialogista" para a crise que desencadeie a ignorância dos resultados da oposição. Mobilizações e ataques a prédios públicos por parte de quem questionou as eleições, exibiram slogans do tipo "abaixo o comunismo", "a Bolívia não será outra Venezuela ou Cuba". Os "centros cívicos" à direita do Altiplano, e especialmente o de Santa Cruz de la Sierra - um bastião da oligarquia agrária e financeira da Bolívia e as correntes fascistoídes que exigem um fim do "governo dos índios", independentemente de Evo Morales ter firmado um pacto de compromissos com a oligarquia da soja, ao qual reconheceu constitucionalmente seus interesses de proprietários e a extensão desse

monopólio agrário pela queima de florestas. Apesar do apoio que o governo tem entre os camponeses e a população indígena em grandes centros urbanos, em nenhum momento exigiu uma mobilização para derrotar o direito. A todo momento ele aguardava uma decisão militar.



A declaração inicial de Morales sugere uma manobra política de curto fôlego, que de maneira alguma resolve a enorme crise política. Ele disse que a convocação de novas eleições permitirá a participação de "novos atores políticos", ou sei que ele está confiante em se impor através da divisão da oposição. À primeira vista, o único que pode ser registrado é o fascismo de Santa Cruz, que não apareceu nas eleições gerais de três semanas atrás. Um trânsito indolor para novas eleições é, no entanto, improvável; Entre os "novos atores" que fortalecerão sua presença política na Bolívia, estão Trump e Bolsonaro - e, eventualmente, o recuo, o governo fraco que formará Alberto Fernández e CFK.

Oprimida pela possibilidade de combater o governo indígena burguês, a esquerda rejeitou a caracterização de um golpe de estado em desenvolvimento e mobilizou, mesmo de maneira "independente", em conjunto com a direita. Quase um século depois, ele ainda não aprendeu nada com o episódio do golpe do "presidente pendurado" em 1946 (Villaruel), montado pelo fio e pelo stalinismo, que instalou o governo do maior massacre de mineiros. A capitulação de Evo Morales junto à OEA e os militares anula a possibilidade de que a Bolívia possa governar através de novas eleições. Não se deve excluir que outro "ator" político que possa estar presente nesse cenário convulsivo seja outro candidato do MAS, se ele pudesse chegar a um acordo com os elementos "moderados" da oposição.

Bolívia se tornou um terceiro ator na crise dos regimes políticos na América Latina, com consequências inevitáveis para o resto dos países. Até algumas horas atrás, o Chile e a Bolívia se destacavam como um oásis de estabilidade política, em um caso sob o bastão 'neoliberal', no segundo sob o 'populista'. É necessário que a esquerda faça um balanço de suas caracterizações políticas e, conseqüentemente, de suas propostas, para enfrentar uma situação que, através de curvas e reviravoltas de todos os tipos, possa ser transformada em revolucionária.

Jorge Altamira

ARGÉLIA: REBELIÃO E TENTATIVA DE CONTINUIDADE



Em novembro, dezenas de milhares de manifestantes foram às ruas de Argel para comemorar o 65º aniversário da guerra de independência. Agora, antes da falência completa do nacionalismo militar, eles reivindicam uma "nova revolução", gritando "A Argélia recuperará sua independência" e "Fora de todas as forças armadas"; eles pediram "Libertação de prisioneiros políticos injustamente presos" e "Fornecimento ao povo, uma assembleia constituinte soberana e revogável" (*El Watan*, 1/11). Foi uma das maiores manifestações desde que os protestos começaram em fevereiro deste ano.

A 5 de novembro, em uma marcha de estudantes e trabalhadores, uma bandeira foi pendurada nos arredores da Assembleia Nacional: "Parlamento dos Traidores". A AN havia acabado de aprovar uma lei vergonhosa para liberalizar a exploração de hidrocarbonetos para favorecer o investimento estrangeiro. Como garantia: recursos "estratégicos" ainda sob controle estatal (a compra da Anadarko pela Total). Essas mobilizações fazem parte do chamado "Hirak", mobilizações iniciadas em 16 de fevereiro e que derrubaram o presidente Abdelaziz Bouteflika, que estava no quinto mandato.

O presidente de longa data, Bouteflika (da Frente de Libertação Nacional), renunciou em abril passado após semanas de protestos nas ruas, coroado por uma greve geral e pela massiva mobilização do primeiro de maio. No entanto, aqueles que assumiram apoiaram o mesmo regime podre, com o apoio da burocracia da União Geral dos Trabalhadores (UGTA). O presidente interino, Abdelkader Bensalah, permanece no poder ao lado do chefe do exército, Ahmed Gaid Salah. Na Argélia, o Exército está de um lado e a classe trabalhadora e o povo do outro. Daí as canções populares: "queremos um governo civil, não militar" e "Gaid Salah, você é um dos traidores". Sem nenhuma outra visão à vista, eleições fraudulentas foram acordadas para 12 de dezembro.

O exército argelino tem uma história de repressão violenta aos levantes populares. Agora, ele desempenha um papel de árbitro do processo político e eleitoral, incluindo o objetivo de evitar uma 'saída islâmica', que se tornou poderosa como resultado do fracasso do nacionalismo secular no Oriente Médio e no Norte da África. Podemos dizer que é um regime controlado pelos militares, pelo

prestígio da FLN. Nos últimos meses, a Anistia Internacional declarou que havia um "clima de repressão", após prisões violentas contra manifestantes, jornalistas e oponentes. A contradição é que as massas não querem continuar jogando o Estado-Maior do Exército (Gaid Salah), os serviços de inteligência (General Toufik) e as máfias, que designam candidatos para o dedo. A burguesia parasita e improdutiva, juntamente com as Forças Armadas, cooperam com o imperialismo na "guerra ao terrorismo", mais domínio imperialista. Essa aliança transformou a Argélia em um campo de concentração para a imigração para a Europa causada pela guerra imperialista. As reivindicações contra esse estado de coisas precisam da unidade e da solidariedade socialista dos trabalhadores de ambos os lados do Mediterrâneo. Como em outros países, o aparato militar é visceralmente hostil.

A UGTA, central sindical com 4 milhões de membros, está alinhada com os militares e o regime. Existe um setor sindical independente (CSA) que promoveu as mobilizações e a greve geral desde o início: professores, advogados, associações judiciais, estado e estudantes. Agora, uma parte quer negociar uma "transição ordenada". As Forças da Democracia Alternativa (FAD) pedem uma Assembleia Constituinte e, juntamente com a Frente Islâmica de Justiça e Desenvolvimento (FJD), pedem o boicote à eleição em nome de um "estado de direito". Vários sindicatos e organizações sociais haviam assinado uma petição para uma transição democrática sob uma Assembleia Constituinte que criaria uma "República Democrática e Social". No entanto, a Confederação Autônoma de Sindicatos (CSA) entrou em negociações com o regime em prol de um acordo de transição pacífica.

Apesar dos protestos, novas eleições foram convocadas para 12 de dezembro. Esta é uma manobra com apoio de Macron. Israel, que está de olho no Sahel, vê com bons olhos que a Argélia seja "libianizada". Os candidatos "aprovados" são cinco e incluem ex-primeiros-ministros Abdelmadjid Tebboune e Ali Benflis, ex-ministro da cultura Azzeddine Mihoubi, ex-ministro do turismo Abdelkader Bengrine e Abdelaziz Belaid, chefe do partido do Movimento El Mostakbal. É o dispositivo antigo. O impasse político, por um lado, e a rebelião popular, por outro, não terminaram.

LEVANTAMENTO POPULAR NO IRAQUE



O Iraque, depois de anos de ocupação imperialista, passa por um período sangrento. Desde 1º de outubro, 267 pessoas foram mortas, com 1.200 feridos, e nos últimos quatro dias de protestos, já existem 37 mortos. Apesar disso, os protestos desafiam o toque de recolher. Há um acampamento na Praça Tharir, em Bagdá. Os protestos ocorreram nas áreas xiitas e sunitas, com piquetes, confrontos com forças de segurança e sabotagem (o maior porto, Umm Qasr, foi fechado e eles estão avançando sobre os poços de petróleo). Na segunda-feira, o porto foi reaberto e mais três manifestantes foram mortos em confrontos com forças de segurança.

Há um ano, milhares foram às ruas para protestar em Basra devido ao abastecimento de água contaminada. Agora é a má administração e as condições do aumento da miséria; os manifestantes exigem: que todos partam. O Iraque é um dos caldeirões do Oriente Médio. Recentemente, um dos analistas financeiros mais importantes marcou esse conflito como um dos "gatilhos" da crise global. Embora exista uma maioria xiita (64%) no país, com minorias sunitas e curdas, não é um conflito confessional. Segundo o Banco Mundial, o desemprego na juventude trabalhadora é superior a 25%. A economia iraquiana está quebrada: 85% da receita provém do petróleo e a produtividade é uma das mais baixas do mundo, diminuindo o emprego e a renda. A corrupção é parte integrante do regime, que falha em unificar o país.

As massas exigem a saída do primeiro-ministro Adel Abdul Mahdi, que disse estar "disposto a renunciar, mas assim que um sucessor for encontrado". Um dos manifestantes declara: "Não queremos expulsar Mahdi sozinho. Também todos os outros corruptos. Então, e se ele se demitir? O que vai acontecer? Eles vão pôr alguém pior". O Irã, vizinho xiita do Iraque, faz todo o possível para apoiar o regime iraquiano. Mahdi assumiu em 2018 após a

formação de um governo de coalizão entre as duas principais forças políticas, Binaa e Islah.



Binaa tem laços com o Irã e com a Frente de Mobilização Popular (FPM) que lutou contra o Estado Islâmico. As milícias iraquianas têm uma relação direta com os Quds. O FPM recebe grande parte do orçamento. Islah, liderada pelo clérigo Muqtada al-Sadr, se opõe à influência iraniana. Os protestos ignoraram as ordens das mesquitas e avançaram durante o fim de semana. Os curdos apóiam o primeiro ministro e têm posições ministeriais.

O Iraque se tornou um estado falido, na encruzilhada da guerra no Oriente Médio. O ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, manifestou apoio aos protestos no Iraque, depois de bombardear o solo iraquiano. Para muitos, o deslocamento dos contingentes militares ianques do Oeste da Síria para a fronteira com o Iraque representa uma séria ameaça à sua soberania. As manifestações em oposição à repressão e à falência dos serviços básicos, colidem com a tentativa imperialista de montar, do Iraque, uma ofensiva político-militar no Irã.

Emiliano Belgrano

LÍBANO: ENORME REBELIÃO POPULAR



A 17 de outubro começou o que é conhecido no Líbano como "Revolução de Outubro". Foi iniciada por um punhado de manifestantes reunidos na Praça Riad al-Solh, no centro de Beirute. Em poucos dias, o movimento tornou-se a maior série de protestos antigovernamentais desde o fim da guerra civil em 1990. Alguns estimam que metade da população participou neles. Manifestações de milhões de libaneses paralisaram o sistema de transportes e a banca. A 29 de outubro, o Primeiro-Ministro Saad Hariri, aliado de Trump, teve de se demitir.

Para a mídia burguesa e alguns da esquerda, esta é uma "nova Primavera Árabe" (*Prensa Obrera*, 2/11), ou seja, de natureza democrática. Por causa do lugar geopolítico ocupado pelo Líbano, esta rebelião não só transcende os limites democráticos, mas também abala a política internacional em todo o campo do Oriente Médio. Este espaço está comocionado por uma gigantesca crise social. Como em muitos outros países, os protestos começaram por causa das demandas por água e eletricidade.

Em 2015 e 2016, os protestos foram desencadeados por uma crise no sistema de coleta de resíduos. O regime político libanês está dividido entre diferentes religiões e alberga uma enorme massa de refugiados palestinos, que são vítimas de discriminação e exploração especiais. Em ambos os casos, resultaram num apelo para derrubar o governo. É um regime podre que, entre outras coisas, sobreexplora os refugiados sírios e palestinos.

O Líbano é também um centro financeiro, incluindo um sector *offshore*. É uma encruzilhada para todas as forças estrangeiras que operam na região. A gigantesca mobilização social está enfrentando um galinheiro

político internacional, que ultrapassa as fronteiras nacionais. Hassan Nasrallah, o chefe do Hezbollah que faz parte do governo, manifestou simpatia pelas manifestações, mas opôs-se à demissão do Hariri precisamente porque ela deveria representar o ponto de equilíbrio de todas as forças em conflito. Para Nasrallah, "as forças externas tinham tentado controlar os protestos para criar divisões no Líbano, provocar o colapso político e económico e atacar o Hezbollah" (*Foreign Policy*, 2/11). A exigência dos manifestantes pelo fim da partilha do poder em cotas sectárias supera as possibilidades políticas do Líbano e apela à ação internacional.

Como parte da campanha desencadeada contra a presença do Irã no Líbano e seu apoio ao Hezbollah, os Estados Unidos aplicaram sanções ao setor controlado pelo Hezbollah, que "poderia em breve se estender a seus aliados, aprofundando ainda mais a crise económica do pequeno país árabe" (*Apnews*, 4/11). O Hezbollah tem três dos 30 ministros do governo e 13 deputados, o maior número na história desta formação criada em 1982. A demissão do Presidente Hariri deve ser vista como uma tentativa de excluir o Hezbollah do governo e de abrir uma nova frente política, com o sionismo, na guerra na Síria, que envolve a Rússia, a Turquia, o Irão, Israel e o movimento curdo que opera na Turquia. O maior limite da atual rebelião popular é a ausência de uma política internacionalista, que sirva para unir os povos contra o desmembramento promovido pelo imperialismo ianque e o sionismo.

Walid Marrouh, professor associado de economia da Universidade Libanesa nos Estados Unidos, diz que a economia do Líbano está em um 70% dolarizada. Do Centro Carnegie para o Oriente Médio, uma especialista

explica que o Líbano enfrenta uma "crise econômica e financeira completa". Ela acrescenta: "Estamos no precipício, estamos mesmo escorregando para baixo". O sistema confessional do Líbano entrou em colapso por causa da crise mundial e das mobilizações em massa. A disputa entre facções criou uma situação de desgoverno.

A promessa de Hariri de apresentar um plano econômico de reformas rápidas e ajustes adicionais foi demolida por uma greve geral no dia 21. As reformas cortaram os salários dos funcionários públicos pela metade, em troca de promessas de resolver a crise de eletricidade do Líbano em um ano, acabar com os impostos regressivos e privatizar o setor de telecomunicações. Na segunda-feira, outra greve paralisou o país. Há uma situação revolucionária no Líbano, que choca contra a ausência de uma

abordagem revolucionária e de uma liderança política. Os aumentos salariais, a nacionalização sem pagamento do sistema elétrico e do importantíssimo sistema financeiro, devem ser acompanhados pela exigência de retirada do imperialismo norte-americano e da OTAN de toda a região, incluindo o Afeganistão, e a denúncia do pacto de partilha sírio entre Putin, Erdogan e o iraniano Rohani, sem falar da demanda nacional palestina por uma única República Democrática Palestina, ou seja, a destruição política do Estado sionista. Enquanto com a greve geral se promove a satisfação das demandas populares, é necessário desmontar as operações políticas das forças aléias às massas com uma proposta para unir os explorados do amplo Oriente Médio, por uma Federação Socialista.

Emiliano Belgrano



BOLETIM CLASSISTA

Conselho de Redação: Cristiana de Vasconcelos Lopes – Carlos Sanches – David Lucius – Edgar Azevedo – José Menezes Gomes – José Alberto Bandeira Ramos – Michel Goulart Silva – Marly Viana – Claudio Maia – Ana Lucia Gomes Muniz – Fernando Camargo – Paulo Sergio Ribeiro de Pinho – Janete Luzia Leite – David Maciel – Tito Fagundes – Iná Camargo Costa – Edneila Chaves – Rosana de Moraes – Gustavo Morélia – Hernan Gurian – Frederico Falcão (*In Memoriam*) – André Bof – Evandro Maia – Alexandre Donas – Antônio Bosi – Carlos Borba – Alfeu Goulart – Daniel Costa – Carlos Bauer

e-mail: boletimclassista@gmail.com

blog: <https://bclassista.blogspot.com/>